



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

REPERCUSSÕES DO MODELO DE EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR NO CAPITALISMO DEPENDENTE

THALES EDUARDO DE OLIVEIRA MARTINS ¹

RESUMO:

Este texto objetiva problematizar a continuidade do processo de militarização das escolas públicas no Brasil. A partir do método materialismo histórico-dialético realizou-se um levantamento bibliográfico e uma pesquisa documental. Esse movimento indica que as escolas cívico-militares representam uma expressão do capitalismo dependente, bem como uma face do neofascismo na atualidade.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; neofascismo; educação e militarização.

ABSTRACT:

This text aims to problematize the continuity of the militarization process of public schools in Brazil. Using the historical-dialectical materialism method, a bibliographical survey and documentary research were carried out. This movement indicates that civic-military schools represent an expression of dependent capitalism, as well as a face of neo-fascism today.

Keywords: Dependent capitalism; neofascism; education and militarization.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva problematizar a continuidade do processo de militarização das escolas públicas nos Estados; Municípios e no Distrito Federal, considerando-o como um elo

¹ Universidade de Brasília



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com o bolsonarismo¹ na atualidade, pois conforme expõe Martins (2023), o Governo Bolsonaro (2019-2022) orientou-se por uma gestão governamental submersa por uma ideologia fascista e por intensa militarização² dos espaços institucionais. Atentando-se a particularidade da formação social brasileira e a condição de dependência do capitalismo no Brasil. O modo como este se insere na economia mundial reverbera drasticamente em todas as esferas das relações humanas, inclusive na disposição da política educacional. Portanto, as relações de classes estabelecidas no Estado-autocrático burguês revelam os direcionamentos ultraneoliberais e neoconservadores da classe dominante. Nesse sentido, o estudo guia-se pela seguinte questão norteadora: quais as repercussões do modelo de educação militarizada na política de educação?

Este artigo foi desenvolvido a partir do método do materialismo histórico-dialético por entender que este caminho metodológico permite o desvelamento da realidade em sua totalidade. O estudo foi realizado com base em uma pesquisa qualitativa relativa a trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, em instituição de ensino superior pública. Assente aos seguintes procedimentos: 1) levantamento bibliográfico sobre a política de educação, considerando a particularidade dependente do capitalismo na periferia e os traços neofascistas presentes no modelo de educação militarizada. Para a fundamentação teórica a principal referência foi Florestan Fernandes e seus interlocutores; e 2) Pesquisa documental, a partir da análise do Decreto 10.004, de 5/09/2019 que deu materialidade ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Por fim, o texto organiza-se a partir dos seguintes tópicos: 1) Capitalismo dependente e os reflexos na política de educação; 2) Militarização das escolas públicas: projeto neofascista em andamento, refletindo sobre a continuidade do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, mesmo após a decisão do Governo Federal atual de extingui-lo, revelando as tendências neofascistas dos seus defensores; e 3) Considerações finais a fim de compreender o papel da educação como um espaço estratégico de concretização da luta de classes e dos projetos de educação e de sociabilidade em disputa.

1. CAPITALISMO DEPENDENTE E OS REFLEXOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

¹ Segundo Abrucio (2021, p.255), o Bolsonarismo pode ser entendido “como um ideário cujo maior inimigo é a ordem política montada desde a redemocratização”.

² “um levantamento de março de 2019 mostrou que, além do presidente e seu vice, 8 ministros eram egressos das Forças Armadas e que 130 cargos nos três primeiros escalões do governo federal eram ocupados por militares”. (MATTOS, 2019, p.36 apud MARTINS, 2023, p.43)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A realidade da política de educação brasileira na contemporaneidade resulta de um processo de formação social, econômica, política e cultural extremamente violento que delimita um presente com expressões enérgicas do passado em todas as esferas das relações humanas, inclusive na disposição da política educacional. Sabe-se que a sociedade brasileira se constitui com base na exploração, expropriação e escravização dos povos originários e da população negra. Portanto, a formação social brasileira perpassa por um passado colonial, escravocrata, etnocêntrico, racista, genocida, patriarcal e elitista que é revitalizado na atualidade sob novos contornos para garantir a produção e a reprodução do capital, sobretudo em razão da condição de dependência do Brasil (FERNANDES, 2020).

Nessa perspectiva, torna-se essencial compreender a sociedade brasileira em sua totalidade a fim de assimilar as expressões atuais da política educacional. Por isso, o conjunto dos estudos e reflexões de Florestan Fernandes representam uma potente ferramenta de interpretação do Brasil. Isto porque a formação social do Brasil, como também de outras nações da América Latina, diferencia-se dos países de capitalismo central, pois estes passaram pelos moldes tradicionais em seu desenvolvimento capitalista, ou seja, realizaram as revoluções burguesas clássicas³.

A história brasileira analisada a partir da colonização portuguesa é circunscrita por elementos os quais mesclam violência, autoritarismo, escravismo e colonialismo que deixaram marcas profundas nas estruturas da sociedade. Assim, a cultura, os valores, bem como a organização societária refletem esse passado na contemporaneidade, fornecendo um legado de exploração, de desigualdade social e de estruturas que evocam os tempos coloniais. Fernandes (1968) esclarece que em um país de passado colonial e escravocrata suas expressões são revividas no transcorrer da história, pois há uma condição colonial permanente.

No que tange à estruturação do capitalismo na periferia do globo, Fernandes (2020) sublinha que o Brasil se insere na economia mundial de forma dependente em relação aos países de capitalismo central. Conforme Cardoso (2005), a categoria capitalismo dependente advém de aspectos tanto históricos quanto estruturais. É estrutural em virtude de compor a engrenagem capitalista, sendo peça fundamental para a manutenção e reprodução deste sistema, uma vez que

³ De acordo com Sampaio Jr (2001, p. 1) as revoluções burguesas clássicas são exemplificadas principalmente pelas revoluções inglesa e francesa e “caracteriza-se pelo encadeamento das revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial. Liderado por burguesias conquistadoras, que contavam com a energia revolucionária das massas camponesas e urbanas, o processo revolucionário adquiriu o caráter de uma luta de vida ou morte contra o antigo regime”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não existe capitalismo central sem a faceta dependente. Por outro lado, é histórica por ganhar forma em um determinado momento da história do desenvolvimento do capitalismo: o estágio monopolista⁴. Em síntese, Fernandes (1968) identifica o capitalismo em sua faceta dependente enquanto:

uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. [...] uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1968, p.36-37).

A dicotomia entre centros hegemônicos e países dependentes/periféricos sinaliza o modo de exploração capitalista e a maneira como se constituem as políticas sociais, especialmente a política de educação em solo dependente como o Brasil. Aqueles, segundo Fernandes (2020), auferem proveitos devido as suas posições de dominação e comandam os processos de superexploração dos recursos naturais e humanos, principalmente da classe trabalhadora nos países dependentes.

Em consonância com o que destaca Fernandes (2020), essa faceta dependente do capitalismo brasileiro materializa-se com base em um padrão dual de expropriação do excedente econômico. Isso ocorre em razão de uma dupla dominação dos países dependentes, interna e externa, que Fernandes (2020) analisa como resultado do padrão compósito de hegemonia burguesa. Logo, a dupla apropriação do excedente econômico acontece:

a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência - exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa (FERNANDES, 2020, p.290).

Por consequência disso, torna-se possível desmistificar o papel exercido pela burguesia local no gerenciamento da condição de dependência brasileira, pois ela direciona suas movimentações em colaboração com a burguesia internacional, apesar de ser uma parceria em menor grau e subordinada aos interesses hegemônicos (DUARTE, 2020). Assim, a burguesia

⁴ Este momento do capitalismo é marcado pela passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios. Netto (2011) indica que o estágio monopolista possuía como objetivo central “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p.20).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

local fomenta uma dominação autocrática em solo dependente a fim de perpetuar seus desejos mais mesquinhos, utilizando-se da maquinária do Estado para excluir a maioria da população dos direitos fundamentais. Por isso:

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida - não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa (FERNANDES, 2020, p.291).

As frações burguesas locais distinguem-se das internacionais, sobretudo nas ações de interesse coletivo e de compreensão do desenvolvimento nacional, pois atuam a partir dos interesses privados. Dado que a condição de dependência não representa um mero acidente de percurso dos desdobramentos do capitalismo, tampouco um estágio que antecede o desenvolvimento, mas uma relação proposital que ocorre alicerçada no acordo entre as frações burguesas, local e internacional. Assim, forjam-se dispositivos de dominação política, ideológica, social, cultural e econômica a fim de naturalizar a superexploração da força de trabalho com intuito preambular de manutenção e reprodução do sistema, preservando renda, prestígio e poder nas mãos da classe dominante, sendo a educação essencial para a garantia dessa finalidade.

Essa característica transcorre desde o período colonial até a atualidade, segundo o relatório produzido pelo Comitê de Oxford para Alívio da Fome “63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população” (GARCIA, 2024, *online*). No que tange à pobreza, o Brasil ocupa o 2º lugar dentre os países do G20 que estão abaixo da linha da pobreza, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (NALIN, 2024). Além disso, no que consiste à evasão escolar, dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revelaram que cerca de 40% dos jovens entre 15 e 29 anos que tiveram que abandonar os estudos se deu em virtude da necessidade de trabalhar, conforme destacado em reportagem do *G1* (2023, *Online*).

Diante disso, é possível aferir que o capitalismo na periferia do globo apresenta uma peculiaridade bárbara que naturaliza as expressões da questão social⁵. Isto é, a fome, a miséria, o desemprego, o não acesso aos direitos humanos básicos como saúde, educação, moradia e dentre outros são naturalizados e colocados sob responsabilidade dos indivíduos a partir da desresponsabilização do Estado, concebendo uma sociedade cindida entre os que podem pagar para terem acesso aos direitos pela via privada e outros que não podem e necessitam do Estado.

⁵ Segundo Iamamoto (2001, p.16-17), a questão social simboliza o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A sociedade de classes brasileira se forma a partir de uma transição morosa⁶ do sistema colonial para o trabalho livre. Na verdade, não houve uma ruptura total com o antigo sistema, mas sim uma mescla entre do arcaico com o moderno⁷ (FERNANDES, 2020). Nessa lógica, “as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço” (Fernandes, 2020, p. 205).

Consequentemente, a cisão de classes no Brasil também é uma divisão racial, sendo o racismo um elemento estrutural e estruturante na sociedade brasileira. Isto porque a escravidão subsidiou o processo de acumulação primitiva⁸ brasileira, sendo o trabalho escravo a base principal da economia a partir da mercantilização da vida humana. Logo, mesmo após as modificações com o fim da escravidão em 1888, a população negra não foi integrada na sociedade e no mercado de trabalho de forma justa e equitativa, pois tais mudanças “não foram acompanhadas de transformações substanciais na estrutura social de distribuição de renda dos diferentes estratos da população, expressando, inclusive, a concentração racial da renda, do prestígio e do poder para os brancos” (LIMA, 2020, p.66).

Por isso, a modernidade suscitada pela introdução do capitalismo na história brasileira não se esgota nas relações de assalariamento da classe trabalhadora, mas de uma modernidade para além das ideias iluministas e da racionalidade presente nas sociedades de capitalismo central. Já que no Brasil essas abstrações são mescladas com o sequestro de pessoas negras, pelos privilégios mantidos da sociedade colonial e pela propagação de concepções racistas, sinalizando o racismo estrutural da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019). Ademais, os processos de expropriações tanto primárias quanto secundárias (FONTES, 2010), principalmente da população indígena, demarcam os delineamentos das relações de classe, gênero, raça e etnia no Brasil e dos impactos no direito à educação.

Em face disso, é preciso desmistificar as relações de classe estabelecidas no Brasil, uma vez que os movimentos históricos foram comandados por uma burguesia brasileira que promove uma revolução burguesa de modo contrarrevolucionário (FERNANDES, 2020), sem que haja

⁶ É basilar apontar que o Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão no dia 13 de maio de 1888 que ocorreu de forma lenta e constantemente freada por setores dominantes.

⁷ Prado Jr (1977), conclui que a sociedade brasileira mantém fragmentos do passado, revitalizando elementos de colônia de exploração com base na extração dos recursos naturais para atender os interesses externos. Então, permanecem relações sociais e de produção do sistema colonial pré-capitalista adjacentes às novas formas de relações sociais e de produção capitalista da modernidade

⁸ A acumulação primitiva é uma categoria marxiana que se caracteriza com base no “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2015, p. 515).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alterações substanciais na vida da maioria da população. Por isso, a revolução burguesa no Brasil assume uma especificidade contrarrevolucionária com atributos permanentes e prolongados que se renovam no decorrer da história e que “ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes” (LIMA, SOARES, 2020, p.51).

A contrarrevolução é um aspecto permanente da história brasileira, todavia apresenta-se com fisionomias distintas a depender do contexto sócio-histórico. Segundo Lima e Soares (2020), ora assume uma aparência de contrarrevolução “a quente” com operações mais violentas e repressivas como no caso da ditadura cívico-militar em que o Estado autocrático burguês mediante o autoritarismo desenvolveu formas abertas de ditadura de classe (FERNANDES, 1979).

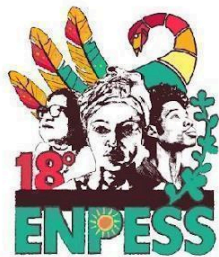
Essa faceta da contrarrevolução “a quente”, Fernandes (1979) nomeia de contrarrevolução preventiva que se trata de um desdobramento da particularidade da revolução burguesa brasileira, não versando somente de “uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém à forma necessária que o Estado precisa assumir como instrumento de dominação externa e do despotismo burguês reacionário” (FERNANDES, 1979, p. 39). Em contrapartida, há também uma dimensão da contrarrevolução que Lima e Soares (2020) chamam de contrarrevolução “a frio” que se trata do Estado democrático-burguês que, na verdade, refere-se no máximo a uma democracia restrita em que ocorre um apassivamento da classe trabalhadora.

Dessa maneira, o Estado e os seus respectivos aparelhos tornam-se um recurso vital para produção e reprodução do capitalismo, bem como para a manutenção do poder da burguesia enquanto classe dominante. Essa age a fim de proteger a condição de dependência/subdesenvolvimento e conduz a contrarrevolução burguesa no decorrer da história. Por meio dos Aparelhos de Estado⁹ e pelos Aparelhos ideológicos de Estado¹⁰, as frações de classe burguesa controlam as demandas das classes subalternas a partir da mistificação dos direcionamentos do Estado, colocando-o em um cenário de distanciamento e com base em uma aparente neutralidade entre as classes fundamentais.

Portanto, as frações da classe dominante direcionam suas ações a fim de despolitizar o Estado, utilizando-o como mecanismo de organização dos seus interesses. Entretanto, é

⁹ Segundo Althusser (1985), os Aparelhos de Estado (AE) englobam instituições como o Governo, a Administração Pública, o Exército, a Polícia, as prisões, os tribunais e dentre outras.

¹⁰ Já os Aparelhos Ideológicos de Estado representam as especializações das instituições e detêm como principais exemplos as instituições religiosas, escolares e culturais (ALTHUSSER, 1985).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessário compreender o Estado em sua totalidade, assim, entendendo-o em sua complexidade e contradição. Dado que o Estado não é uma categoria estanque, logo, não deve ser apreendido somente como um mero instrumento da classe dominante, tampouco como uma entidade autônoma e distante das relações sociais e da sociedade.

Por último, cabe destacar que a educação perpassa por projetos antagônicos em disputa, representando a materialização das lutas de classe no capitalismo dependente. Consequentemente, tendo em vista o projeto do capital de tendências neofascista que articula direcionamentos ultraneoliberais e ultraconservadoras (ARCARY, 2019) e o direito a uma educação pública, laica, gratuita, criativa e emancipatória sendo atravessada por constantes ameaças, mesmo com a derrota¹¹ da extrema direita nas eleições presidenciais em 2022 no Brasil.

2. A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: PROJETO NEOFASCISTA EM ANDAMENTO

A militarização das escolas públicas não é algo recente, pois desde a década de 1990 esse modelo de educação é incorporado na agenda governamental, tendo o Estado de Goiás como precursor. Contudo, somente com o Governo Bolsonaro (2019-2022) que a militarização encontrou subsídios para uma maior institucionalização por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) que pretendia implementar o modelo de educação cívico-militar até 2023 em 216 escolas, superando as expectativas, em 2022 o modelo já havia sido implementado no número de escolas almejado. Segundo Lima, Paquiella e Queiroz (2023, p.143), o PECIM se tornou

realidade em todas as regiões do Brasil, sendo distribuídas da seguinte forma: 25% no Sudeste; 25% no Sul; 20,4% no Norte; 16,7% no Nordeste e 13% no Centro-Oeste. No ranking das unidades federativas com maior número de escolas cívico-militares, o Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar, com 22 escolas, seguido de Santa Catarina com 19 e em terceiro lugar, Minas Gerais com 17 escolas.

Nessa lógica, cabe realçar que o referido Programa foi extinto no primeiro ano de mandato do Governo Lula, especificamente no dia 12/07/2023, o governo Federal encerrou o Programa. Todavia, ao passo que a maioria dos Estados contavam mais com a presença de membros das

¹¹ Jair Bolsonaro perdeu a disputa para chefe do poder executivo brasileiro nas eleições de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com uma intensa polarização. Dito isso, vale frisar que somente após o segundo turno que as eleições foram decididas em que "Lula obteve 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos) e Jair Bolsonaro (Coligação Pelo Bem do Brasil) recebeu 58.206.354 votos (49,10% dos votos válidos)" (BRASIL, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Polícias Militares locais e não com os servidores oriundos das Forças Armadas, a decisão coube a cada ente da federação decidir pela continuidade do Programa. Assim, pelo menos 13 Estados e o Distrito Federal decidiram pela manutenção e expansão do modelo de educação cívico-militar, representando, portanto, um elo com o bolsonarismo na atualidade.

O Estado de São Paulo sob a gestão do Governador Tarcísio de Freitas filiado ao partido Republicanos traduz concretamente os anseios de continuidade do projeto neofascista conduzido pelo governo Bolsonaro. Dado que em um evento no Fórum Esfera¹², ele se autodeclarou bolsonarista, conservador e liberal se aliando à perspectiva neofascista que detém tendências ultraneoliberais e ultraconservadoras. No que tange às escolas cívicos-militares, Tarcísio foi o autor do Projeto de Lei Complementar 9/2024 que visa à expansão desse modelo de ensino nas redes estaduais e municipais de São Paulo. Na mesma direção, o Governo de Ibaneis Rocha no Distrito Federal também optou pela permanência e expansão do Programa de militarização das escolas públicas.

Cabe mencionar que no Estado de São Paulo no dia 21/05/2024 os estudantes que protestavam contra o projeto de Lei em votação na Câmara Legislativa de São Paulo foram severamente agredidos¹³ por policiais militares. Revelando os traços fascistóides, permeado por intensa violência, que o Estado-autocrático burguês se reveste, principalmente em momentos de crise. No que diz respeito à fisionomia fascista do Estado, Fernandes (1979, p.43-44), indica que:

[...] se implanta “dentro do Estado” e nasce de necessidades ultra repressivas e da institucionalização da opressão sistemática (sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular).

O fascismo dentro das instituições direciona suas ações imbricadas pelos propósitos da classe dominante de fragmentar a luta da classe trabalhadora a fim de neutralizar qualquer possibilidade de alteração da realidade, por isso, a educação é tão disputada por projetos antagônicos de sociabilidade e de educação. Assim, o projeto da classe dominante é alinhado ao

¹² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sou-bolsonarista-e-vou-continuar-sendo-diz-tarcisio-em-evento-em-sp/#:~:text=O%20governador%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,e%20vou%20continuar%20sendo%20bolsonarista>. Acesso em: 22 jul. 2024.

¹³ Conteúdo disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/alesp-aprova-militarizacao-das-escolas-apos-pM-espancar-manifestantes1>. Acesso em 22 jul. 2024.

projeto do capital sob o aporte neoliberal que concebe a educação enquanto uma mercadoria associada ao controle ultraconservador de corpos e mentes dos educandos.

Em relação às escolas militarizadas, é indispensável os apontamentos a respeito das diferenças entre os modelos existentes. Há de um lado, os colégios militares que são instituições que já surgem conectadas às Forças Armadas, além disso, são regidas por Lei específica, os recursos são provenientes do Ministério da Defesa e a forma de ingresso é excludente; isto é, as vagas dessas instituições de ensino são reservadas majoritariamente aos dependentes de militares e o restante aos civis que precisam realizar um processo seletivo. Isso, por si só, já vai de encontro ao direito à educação pública, gratuita e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, constituído na Constituição Federal¹⁴ de 1988 (MARTINS, 2023).

Por outro lado, há as escolas públicas civis que se originam enquanto instituições públicas, laicas, gratuitas e plurais e são vinculadas às Secretarias de Educação, regidas pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (BRASIL, 1996) e financiadas pelo Ministério da educação. Todavia, é dentro dessas escolas que o projeto de militarização, por meio da Gestão Compartilhada, está sendo imposto com o intuito de padronizar, adestrar jovens e cimentar a lógica da sociedade de classes e suas diferenciações que são fundamentais para produção e reprodução do capital. Segundo Araujo (2019), as diferenças socialmente desenvolvidas no interior das escolas provêm das imposições do capital que vislumbram a “apropriação privada da produção material e com a necessidade capitalista de distribuição desigual do conhecimento; e a unificação escolar, com a necessidade de unificação ideológica da nação, sob a hegemonia burguesa” (ARAUJO, 2019, p.37).

Assim, a partir do objetivo de unificar a educação pública com o modelo militar, as escolas públicas militarizadas passam a adotar os parâmetros estabelecidos pelas corporações militares, sobretudo, no que consiste às regras de obediência, hierarquia e disciplina as quais são procedentes do militarismo. Cabe destacar que ocorrem também diferenciações, especialmente quanto à nomenclatura das escolas militarizadas que podem ser chamadas de: escola da Polícia Militar, escolas Cívico-Militares e Gestão Compartilhada. Essa última foi a terminologia adotada no Distrito Federal na gestão de Ibaneis Rocha (MDB).

¹⁴ De acordo com Art. 206 da Constituição Federal que estabelece os princípios que orientam à educação. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988).

Dito isso, considerando o PECIM como referência do processo de militarização das escolas públicas na atualidade, é possível aferir que os governos defensores do Programa repousam em dois principais argumentos como forma de criação de consensos para legitimar a continuidade do Programa: 1) baixo desempenho dos discentes das escolas públicas brasileiras e os 2) índices de violência nas escolas. Nesse caminho, vale destacar alguns dos artigos¹⁵ versados no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019) que mesmo que tenha sido revogado constitui base para os projetos de Lei como o de São Paulo.

A partir do mascaramento dos reais problemas nacionais que reverberam na política de educação, já que, apoiados pelo projeto do capital, a classe dominante e defensora da militarização das escolas concebe o desempenho dos discentes e da qualidade da educação com base em avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), “cujo cálculo se dá a partir de dados de fluxo escolar (aprovação) e resultados de desempenho nas avaliações externas” (LACÉ, SANTOS, NOGUEIRA, 2019, p.649), concretizando a heteronomia cultural proveniente do capitalismo dependente.

Segundo Silva (2023, p.37), a “melhoria do desempenho escolar está intimamente relacionada à visão neoliberal de mercantilização da educação em que os interesses econômicos de grandes grupos empresariais reduziram a escola a uma fábrica de profissionais qualificados”. Portanto desconsideram a realidade concreta, em que os baixos desempenhos dos estudantes revelam os processos contrarrevolucionários da burguesia local, a título de exemplo: os recursos escassos direcionados à educação; os constantes cortes orçamentários; a intensa concentração de renda que promove uma desigualdade social bárbara e, conseqüentemente, o aumento da violência; e, dentre outros.

Em relação à violência, sabe-se que, de fato, essa expressão da questão social tem apresentado níveis alarmantes, porém deve-se entender a violência como um fenômeno multifatorial e justaposto às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Por isso, é imprescindível questionar as atribuições que a classe dominante desenvolve a partir da violência, concebendo-a enquanto um problema individual e dos territórios em condição de vulnerabilidade, como é realizado no processo de militarização das escolas, haja vista que o principal critério de

¹⁵ No capítulo três desse decreto é essencial destacar os incisos II, III e VII que tratam sobre os objetivos do Programa que vão ao encontro dos argumentos mencionados: “[...] II- O atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social; III- Contribuir para a implementação de políticas de Estado que promovam a melhoria da educação básica; VII - contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares” (BRASIL, 2019).

elegibilidade das escolas que foram militarizadas acontece a partir do Índice de vulnerabilidade Escolar que representam as escolas situadas nas periferias.

Desse modo, há, concomitantemente, um processo de controle de crianças e adolescentes com base em valores disciplinares e cívicos militarizados, em especial dos mais pobres, a partir do cerceamento de liberdades e do desrespeito às diversidades presentes na sociedade, bem como uma estigmatização dos territórios da periferia. Isso pode ser exemplificado pelo caso dentre outros que ocorreu no Distrito Federal em fevereiro de 2022 em uma escola militarizada em que um menino negro de 12 anos foi abordado por um sargento da Polícia Militar que recomendou que cortasse o cabelo para “não parecer menina”, conforme sintetiza reportagem do G1 (*online*, 2022) e diversos outros casos que podem ser apontados.

Por outro lado, ocorre um processo de criminalização¹⁶ da pobreza e da juventude, constatação essa que pode ser averiguada pelos dados apontados por Lima; Paquiella e Queiroz (2023) em que revelam que as escolas que mais encaminharam adolescente à Delegacia de Criança e Adolescentes (DCA) em 2022 foram as escolas que aderiram ao modelo cívico-militar. Isso indica as inclinações do Programa com as tendências neofascistas como o debate da redução da maior idade penal tão presente em discursos da extrema direita. Além disso, esse número de judicialização demonstra a ineficácia da política militar na redução da dita criminalidade dentro das instituições, pois o “crescimento indica que o modelo, também, tem falhado nos seus objetivos disciplinares, pois sugere a inaptidão da polícia para administração preventiva e positiva de conflitos escolares” (Ministério Público da União, 2022, s/p, apud Lima; Paquiella; Queiroz, 2023, p.149).

Em síntese, é possível perceber que a política de educação orientada pelo prisma da militarização desloca o direito à educação pública, gratuita, laica, criativa e emancipatória com base nos vieses do patriotismo e do civismo militar para uma educação privada, competitiva e individualizada, pois engessam-se as mentes de adolescentes nos padrões da sociabilidade burguesa. Dessarte, ao impor padrões de desempenho, de comportamento e de vestimentas o modelo de educação cívico-militar viola os direitos humanos, a Constituição Federal e o Estatuto da criança e do adolescente, visto que conforme o artigo 58 desse último: “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social

¹⁶ Na periferia do globo, a sociedade brasileira de capitalismo dependente apresenta a particularidade da formação sócio-histórica que revitaliza e aprofunda “a criminalização das consideradas “classes perigosas”. Tem-se como consequência do processo a “guetização” dos pobres, o extermínio de jovens e da população de rua com claro viés étnico-racial” (BRISOLA, 2012, p.151).

da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura” (BRASIL, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

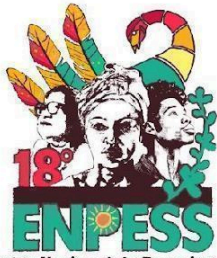
A política de educação brasileira desde a sua gênese desenvolve-se a partir da ótica da dependência, logo, é constituída com base em uma heteronomia cultural que se materializa em um padrão educacional dependente. Isso provoca um espaço educacional reprodutor das intensas desigualdades que são essenciais para a preservação da sociedade de classes. Em países de capitalismo dependente, a educação representa “[...] um papel fundamental na produção e reprodução do capital a partir da formação da força de trabalho, da difusão da concepção burguesa de mundo e como uma área de expansão para a lucratividade do capital” (PRESTES, 2020, p. 97).

Conforme sinalizado anteriormente, a formação da sociedade brasileira é alicerçada em formas de dominação pautada na exclusão da maioria da classe trabalhadora. Assim, a política de educação é forjada a partir de um dualismo educacional “[...] que é estruturante do capitalismo: uma escola para os filhos da classe dominante e outra para os filhos da classe trabalhadora” (PAQUIELLA, 2020, p. 215). Esse cenário se intensifica após a crise estrutural do capital que eclode no final dos anos 1970, atingindo o Brasil, de maneira mais acentuada, a partir dos anos 1990.

Para garantir a produção e a reprodução do capital, a classe burguesa providencia ataques ideológicos à classe trabalhadora e ao Estado, a partir da culpabilização de ambos pela crise. Ou seja, as causas e as consequências da crise decorrem do aumento dos gastos público com o investimento na área social de acordo com os setores dominantes. Nessa conjuntura neoliberal, as contrarreformas alcançam níveis colossais sob o viés da privatização e fundamentam um verdadeiro *apartheid*¹⁷ educacional que dispõe uma educação utilitarista e tecnicista voltada aos mais pobres e uma educação livre aos mais privilegiados. Constituindo, assim, o direito à educação enquanto um privilégio de classe.

Nesse interim que a política de educação é deturbada pelo modelo de educação cívico-militar, constituindo uma escola para os filhos da classe trabalhadora orientada por uma perspectiva de adestramento a fim de cumprir, simultaneamente, uma dupla serventia à

¹⁷ *Apartheid* refere-se a nomenclatura utilizada pelo regime de segregação racial implantado na África do Sul de 1948 a 1994 que garantia privilégios a população branca em detrimento da população negra.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital” (ARAUJO, 2019, p.33).

Por essa razão, é possível assinalar que a permanência da educação militarizada representa um elo com o bolsonarismo na atualidade, pois a junção das tendências ultraneoliberais com elementos ultraconservadores delinea um modelo educacional envolvido com perspectivas antidemocráticas, de raízes historicamente dependente. Sinalizando que o neofascismo ainda persiste nas vísceras das instituições democráticas o que exige o reconhecimento da função estratégica que a política de educação possui na condução da luta de classe, pois essa simboliza um espaço auspicioso para a emancipação humana e política. Assim, é necessário lutar por uma educação de fato pública, laica, gratuita, universal, criativa e autônoma.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: ARITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (org). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 255-270.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

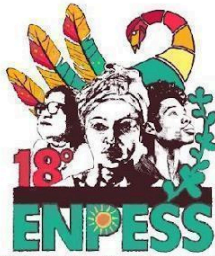
ARAUJO, R. M. L. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia, MG: Navegando, 2019.

ARCARY, Valério. Bolsonaro é ou não um neofascista? In: **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 101-117.

BRASIL, Superior Tribunal Eleitoral. **100% das seções totalizadas: confirma como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno**, Brasília, DF, 31/10/2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadasconfirma-com-o-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>> Acesso em: 01/07/2024.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm> Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: Acesso em: 23 de jan. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12824/11197>. Acesso em: 25/07/2024.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 07-40.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

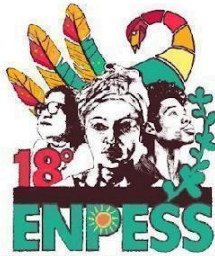
FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo** – teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

G1, 40% dos jovens indicam necessidade de trabalhar como principal motivação para abandono dos estudos, diz IBGE. Curitiba, 23 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2023/06/23/40percent-dos-jovens-indicam-necessidade-de-trabalhar-como-principal-motivacao-para-abandono-dos-estudos-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

G1, Ministério Público do DF avalia caso de aluno negro orientado por sargento a cortar cabelo em escola com gestão militar. Distrito Federal, 23/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/23/ministerio-publico-do-df-avalia-caso-de-aluno-negro-orientado-por-sargento-a-cortar-cabelo-em-escola-com-gestao-militar.ghtml>>. Acesso em: 28/06/2024.

GARCIA, Gabriel. Desigualdade: 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam. **CNN Brasil**, Brasília, 14 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LACÉ, Andréia; SANTOS, CATARINA; NOGUEIRA, Danielle. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 648-666, 2019. Disponível em: Acesso em 23 de jun. 2024.

LIMA, Kátia; PAQUIELLA, Larissa; QUEIROZ, Viviane. Fascistização, militarização das estruturas de poder e escolas cívico-militares no Brasil. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro (org). **Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. p. 123-153.

LIMA, Kátia. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. In: LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 61-76.

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 41-59.

MARTINS, Thales. **Governo Bolsonaro e Educação: da privatização orquestrado ao projeto ultraconservador**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

MATTOS, Marcelo. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (Orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 17-46.

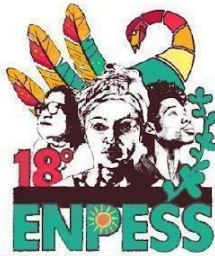
MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

NALIN, Carolina. Brasil é o 2º país do G20 com maior percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, atrás apenas da Índia. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/04/09/brasil-e-o-2o-pais-do-g20-com-maior-percentual-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza-atras-apenas-da-india.ghtml>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011b.

PAQUIELLA, Larissa. Dualidade educacional, Institutos Federais e Territórios: um debate necessário. In: LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 211-228.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PRESTES, Livia. A crise na universidade pública como elemento estruturante da educação superior no Brasil. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 95-110.

SAMPAIO JR. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes**. SP: Dossiê Brasil. 2001.

SILVA, Joselita. **Pedagogia do Quartel: Formação de Corpos Dóceis nas Escolas Cívico-Militares no Estado do Paraná**. 1. ed. Paraná: Appris Editora, 2023.